|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃOUNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE CTTPI\_\_\_/20\_\_****Processo UFSM n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.****ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA E A \_\_\_\_\_\_\_\_.**A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**, autarquia de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação, instituição dedicada ao ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, estabelecida na Cidade Universitária Prof. José Mariano da Rocha Filho, Av. Roraima 1000, Bairro Camobi, Santa Maria, RS, inscrita no CNPJ sob o n. 95.591.764/0001-05, doravante denominada simplesmente **UFSM**, representada neste ato pelo seu Magnífico Reitor, Prof. **LUCIANO SCHUCH**, e:A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito (público ou privado), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_, bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_), CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone (xx) xxxx-xxxx, representada neste ato pelo seu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_, de ora em diante denominada \_\_\_\_\_\_\_\_, também denominadas **PARTES**, quando referidas em conjunto, ou **PARTE**, quando referidas individualmente, **CONSIDERANDO**:1. A crescente necessidade de troca de experiências para o aprimoramento do conhecimento e do ensino;
2. A relevância do intercâmbio técnico, científico e cultural entre universidades e o Setor Produtivo para o desenvolvimento tecnológico nacional;
3. O mútuo interesse das **PARTES** em estreitar relações e unir esforços para intensificar sua participação nos esforços do governo e da sociedade brasileira visando ao desenvolvimento tecnológico;
4. A necessidade da:
* Promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;
* Promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação;
* Promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores públicos e privado entre as empresas;
* Promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional.
1. A necessidade e o interesse das partes de proteção recíproca sobre a utilização e divulgação de quaisquer informações, documentos, dados, know-how, dentre outros, que sejam repassados à outra parte com o objetivo que envolva a negociação para estabelecimento de instrumento jurídico futuro;
2. Que as **PARTES** desejam explorar e avaliar o potencial de colaboração em áreas de conhecimentos afins e que, durante o curso da colaboração para este propósito, as **PARTES** poderão trocar informações que podem ser consideradas privativas e/ou confidenciais;
3. Que as PARTES desejam proteger as **Informações Confidenciais** acima descritas que sejam divulgadas sob este Acordo (Antes, durante e após a data de assinatura), incluindo as **Informações Confidenciais** divulgadas por escrito, visualmente, verbalmente e, ainda, através de gráficos, programas de computadores ou em outros formatos;
4. As disposições constantes na Lei 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e no seu decreto regulamentador, Decreto 4.073/02; no Decreto 7.845/12, que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento; no Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), ratificado pelo Brasil no ano de 1994; na Lei 9.279/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e; na Lei 14.133/21.

**RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE** em observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e à supremacia do interesse público, com o objetivo de conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, maximizar os resultados institucionais, em conformidade com as condições dispostas nas cláusulas abaixo nas quais registram suas intenções de atuação:1. **DEFINIÇÕES**

Para o propósito deste Acordo, os seguintes termos deverão os mesmos significados abaixo:1. **Parceiras** – significa, com respeito à Parte, qualquer pessoa ou entidade que controle, direta ou indiretamente, é controlada ou que controla em conjunto com a Parte, ou possui direito de voto, apontar a maioria do Conselho de Administração ou outros órgãos administrativos de uma entidade, ou o poder de administrar uma entidade.

São também considerados como parceiras, para a finalidade a que se propõe o presente instrumento, os conceitos definidos como **Matriz**, **Filial**, **Sucursal**, **Agência**, **Subsidiárias** e **Estabelecimentos**.1. **Informação Confidencial –** significa qualquer informação ou dado de qualquer natureza divulgado sob este Acordo, seja por escrito, oral ou visual ou em qualquer outra forma, incluindo, sem limitação, informações desenvolvidas e adquiridas sob este Acordo, quaisquer informações, planos, projetos, desenhos, especificações exclusivas, conhecimentos e procedimentos operacionais, contratuais e estratégicos, mostra de produtos, composições, Direitos a Propriedade Intelectual registrados ou não, processos de fabricação, segredos comerciais, tecnologia, informações financeiras, informações relativas à diferenciação de produtos, ensaios, fórmulas, posicionamento de produtos, informações de pesquisa estratégica e de mercado, outras informações relevantes de mercado, dados clínicos, informações comercialmente sensíveis, custos, margens, estruturação de preços, fontes de informações, lista de clientes, participação de mercado e outras informações tangíveis e intangíveis de uma parte (doravante denominada **Parte Divulgadora**) direta ou indiretamente feita através dos representes da **Parte Divulgadora** à outra parte (doravante denominada **Parte Receptora**) através de seus representantes, direta ou indiretamente.
2. **Parte Divulgadora –** significa qualquer Parte que, diretamente ou através de seus representantes, divulgue **Informações Confidenciais** à(s) outra(s) parte(s) deste instrumento, conforme definido nas alíneas desta cláusula.
3. **Parte Receptora –** significa qualquer Parte que, diretamente ou através de seus representantes, receba **Informações Confidenciais** de qualquer outra(s) parte(s) deste instrumento, conforme definido nas alíneas desta cláusula
4. **Representantes** – significam Parceiras, colaboradores, e consultores da respectiva Parte que possuam competência para realizar ações, atividades, comunicações, planejamentos, dentre outros, em nome e sob os direitos e obrigações desta mesma Parte.
5. **Propósito Amplo** – A razão pela qual é formalizado o presente instrumento, ou seja, o próprio entendimento das partes sobre a conveniência, oportunidade e/ou necessidade da preservação dos direitos das partes sobre suas atividades fins e seus conhecimentos, frutos de suas próprias esferas de atuação.
6. **Propósito Específico** – Significa a área de atuação, e o objetivo intrínseco do estabelecimento deste Acordo, suas especificidades técnicas e o objetivo de cada parte, ou das partes, com sua formalização, assim entendido o estabelecimento de futuro projeto de Pesquisa e Desenvolvimento, Contrato de Licenciamento, Cessão e Know-how de Propriedade Industrial, dentre outros.
7. **DAS OBRIGAÇÕES DE CONFIDENCIALIDADE**
	1. As Partes deverão manter a salvo de divulgação quaisquer **Informações Confidenciais** divulgadas no âmbito deste acordo para o propósito específico de tratar sobre questões técnicas relacionadas à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_”, assim interpretado em sentido amplo e em boa-fé, nos princípios e conceitos estabelecidos no teor deste documento, devendo:
8. A **Parte Receptora** usar as **Informações Confidenciais** exclusivamente para a discussão, avaliação e negociação do Propósito acima descrito com a **Parte Divulgadora**. A **Parte Receptora** não usará as **Informações Confidenciais** para qualquer outro propósito senão o estabelecido nesta cláusula. A **Parte Receptora** tratará as **Informações Confidenciais** recebidas com o mesmo grau de cuidado com que trata suas próprias **Informações Confidenciais** ou direitos e dados de sua propriedade;
9. A **Parte Receptora** manter confidencial e não divulgar as **Informações Confidenciais** em qualquer maneira ou forma a terceiros fora seus **Representantes** que necessitam conhecer tais **Informações Confidenciais** dentro dos limites do propósito específico estabelecido neste instrumento. A **Parte Receptora** deverá informar a cada **Representante** da natureza confidencial de tais **Informações Confidenciais** antes da divulgação e deverá assegurar que cada **Representante** cumpra com as obrigações resultantes deste Acordo. A **Parte Receptora** garante que tomou as devidas providências e precauções para fazer cumprir e manter a confidencialidade e prevenir o uso e a divulgação não autorizados de tais **Informações Confidenciais** pelos seus **Representantes** para os quais tais **Informações Confidenciais** sejam divulgadas;
10. A **Parte Receptora** notificar à **Parte Divulgadora** se vier a ter conhecimento relativo a qualquer divulgação ou utilização das **Informações Confidenciais** por terceiros de forma não autorizada neste Acordo;
11. A **Parte Receptora** restringir a divulgação da **Informação Confidencial** a um mínimo necessário de pessoas (tais como empregados, diretores, executivos, advogados, contadores e consultores).
	1. Serão consideradas exceções às obrigações de confidencialidade, cujo encargo de provar a existência dos fatos que anularia as obrigações deste Acordo subscritas caberá à Parte que os recebe:
12. Informação que esteja ou venha a estar em domínio público, desde que não seja resultante da violação das obrigações contidas neste Acordo pelas Partes ou seus **Representantes**;
13. Informação que já seja conhecida pela **Parte Receptora** ou que tenha sido legalmente recebida por terceiros sem restrições ou violações a este acordo;
14. Informação que tenha sido desenvolvida pela **Parte Receptora** ou seus **Representantes** sem qualquer referência, influência ou conexão de qualquer **Informação Confidencial** recebida no âmbito deste instrumento;
15. Informação cuja divulgação seja aprovada, por escrito, pela **Parte Divulgadora**;
16. Publicação de caráter científico não atinente às **Informações Confidenciais** da **Parte Divulgadora** ou decorrentes de trabalhos que utilizem as **Informações Confidenciais** porém não as divulguem, desde que autorizado pela **Parte Divulgadora** neste último caso;
	1. As Partes concordam que o propósito amplo do presente instrumento e a existência deste acordo poderá ser divulgada, com a finalidade de publicidade e divulgação sobre as tratativas e aproximação das partes, desde que não haja a divulgação de **Informações Confidencias** da **Parte Divulgadora**, permitida a publicidade de aspectos formais como prazo, propósito amplo, existência do acordo, partes envolvidas, entre outros, nos casos de releases institucionais ou na eventualidade de serem requeridas por lei. Não será permitida, entretanto, sob nenhuma forma, a divulgação inadvertida pela **Parte Receptora** de nenhuma das **Informações Confidenciais** e aspectos formais como: objetivo, escopo, propósito específico, datas e objetivos de reuniões, além das próprias **Informações Confidenciais** decorrentes deste instrumento.
17. **DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**
	1. Todos os direitos de propriedade (incluindo, mas não limitado a: técnicas de produção, informações técnicas, direitos à patente, marcas registradas e segredos comerciais) contido nas **Informações Confidenciais** deverão permanecer de propriedade exclusiva da **Parte Divulgadora** ou de sua devida titular, sendo que o presente instrumento não transfere entre as Partes nenhuma titularidade, posse, detenção ou direito de uso sobre qualquer propriedade da **Parte Divulgadora** ou de terceiros. A **Parte Receptora** abstém-se de registrar e explorar qualquer patente, modelo, projeto de aplicação ou qualquer outra aplicação de direitos de propriedade intelectual baseado em qualquer **Informação Confidencial** fornecida pela **Parte Divulgadora**.
	2. O presente Acordo não concede, por si só, a qualquer das partes, implícita ou expressamente, direitos, licenças ou relacionamento entre as mesmas como um resultado da troca de **Informação Confidencial**.
	3. Havendo constatação de advento de nova titularidade de propriedadeintelectual resultante desta parceria que possa gerar exploração de criação, aspartes formalizarão instrumento jurídico específico assegurando aossignatários o direito à exploração, ao licenciamento e à transferência detecnologia, observada a participação de cada ente.
18. **VIGÊNCIA**
	1. Este Acordo inicia sua vigência na data em que a última assinatura for nele firmada e aplica-se às discussões ocorridas em um período de três anos do início de sua vigência, podendo ser prorrogado por período determinado mediante termo aditivo. Não obstante, as **Informações Confidenciais** divulgadas devem ser mantidas em sigilo por cinco anos (i) do término da vigência do último contrato celebrado pelas Partes, ou (ii) da data de sua efetivação, o que for mais tardio.
19. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
	1. Salvo se disposto expressamente em contrário, todas as informações descritas neste Acordo trocadas pelas Partes, no teor da cláusula primeira, devem ser consideradas como **Informações Confidenciais**, bem como outras que assim classificadas pela **Parte Divulgadora**.
	2. A **Parte Divulgadora** não declara ou garante a precisão ou completude das **Informações Confidenciais**.
	3. Nenhuma obrigação ou direito decorrente do presente acordo será considerada geradora de vínculo empregatício, tampouco fará das Partes parceiras ou empreendedoras em conjunto. Este Acordo não obriga qualquer uma das Partes a entrar em qualquer atividade de desenvolvimento cooperativo com a outra Parte.
	4. Todos os acréscimos ou modificações a este Acordo deverão ser feitos por escrito e executados pelas Partes, via termos aditivos, devendo ser aprovados por todas as partes. O Acordo poderá ser encerrado a qualquer momento por qualquer uma das Partes, mediante aviso escrito à outra Parte com antecedência mínima de sessenta (60) dias.
	5. Cada parte será responsável por manter em arquivo disponível a outra parte quaisquer declarações ou documentos de cumprimento das disposições aqui formalizadas pelos seus colaboradores, empregados, diretores, etc.
	6. Este Acordo não pode ser assinado por inteiro ou em partes por qualquer Parte sem o consentimento da outra parte, exceto que alguma das Partes designe um **Parceiro** com procuração prévia por escrito à outra Parte.
	7. Se uma ou mais disposições contidas neste Acordo forem consideradas inválidas, ilegais ou inexequíveis, pelas partes ou por órgão competente, a validade, legalidade ou exequibilidade das demais disposições contidas neste Acordo não será afetada e continuará plenamente válida de acordo com o permitido pela legislação aplicável. As Partes, no entanto, se esforçarão para substituir a disposição anulada por uma válida, que no seu efeito econômico cumpra o mesmo que a disposição anulada. O mesmo se aplicará no caso deste Acordo conter alguma lacuna.
	8. As disposições constantes no presente Acordo serão válidas e eficazes perante todos **Parceiros,** contratados e sub-contratados da **Parte Receptora**, cabendo a estas a obrigação acessória de cumprimento de todas as disposições aqui constantes, sob a responsabilização intransferível da **Parte Receptora** o ressarcimento em caso de perdas e danos ou quaisquer prejuízos sofridos pela **Parte Divulgadora**.
	9. As Partes não poderão, em nenhuma hipótese ou condição, (i) utilizar as **Informações Confidenciais** da outra parte e (ii) se eximir em cumprir as obrigações de confidencialidade assumidas neste Acordo, incluindo e sem se limitar ao acontecimento do seguinte: (a) a não formalização de qualquer contrato ou acordo entre as Partes relativo às **Informações Confidenciais**; (b) a formalização e execução de qualquer contrato ou acordo entre as Partes relativo às **Informações Confidenciais**; (c) a rescisão ou término de qualquer contrato ou acordo relacionado com as **Informações Confidenciais**; ou (d) a rescisão ou término deste Acordo, na forma estabelecida na cláusula quarta.
	10. A **Parte Receptora** deve garantir que seus empregados, diretores, executivos, advogados, contadores, consultores, contratados, sub-contratados e quaisquer outras pessoas que tenham conhecimento das **Informações Confidenciais** por seu intermédio, conforme definido neste Acordo, observem e se obriguem a cumprir todas as obrigações como se fossem parte integrante deste Acordo, observado o disposto em **5.6** e **5.7**.
20. **FORO**
	1. Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e na interpretação do presente Acordo, fica eleito o foro da Justiça Federal de Santa Maria, com exclusão de qualquer outro, mesmo privilegiado.
	2. Qualquer eventual judicialização relacionada ao presente instrumento será necessariamente precedida de tentativa de resolução consensual prévia de eventual conflito.

E, por estarem as partes assim justas e acordadas, assinam o presente Acordo em 2 (duas) vias, de igual teor.Santa Maria, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

|  |
| --- |
| **Universidade Federal de Santa Maria****\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Nome:****Função:** |

|  |
| --- |
| **EMPRESA****\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Nome:****Função:** |

 | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃOUNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**NONDISCLOSURE AGREEMENT NO CTTPI\_\_\_/20\_\_****UFSM process n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.****NONDISCLOSURE AGREEMENT BETWEEN THE UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA AND \_\_\_\_\_\_\_\_.**Through this instrument, the **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**, a federal institution of higher education, located at Cidade Universitária Prof. José Mariano da Rocha Filho, Av. Roraima 1000, Bairro Camobi, Santa, RS, employer identification number CNPJ 95.591.764/0001-05, hereinafter referred to as **UFSM**, represented in this act by its President, Dr. **LUCIANO SCHUCH**, and:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , (public or private legal entity), CNPJ no. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , located at \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, in the city of \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_), ZIP Code: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , phone (xx) xxxx-xxxx, represented by its \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , Mr./Ms. \_\_\_\_\_\_\_\_ , hereinafter referred to as \_\_\_\_\_\_\_\_ , both parties being hereinafter collectively referred to as the Parties, or individually as the Party, **CONSIDERING**:1. The growing need for exchange of experiences for the improvement of knowledge and teaching;
2. The relevance of technical, scientific and cultural exchange between universities and the productive sector for national technological development;
3. The mutual interest of thePARTIES in strengthening relations and joining efforts to intensify their participation in the efforts of the Brazilian government and society toward technological development;
4. The need for:
* Promotion of scientific and technological activities as strategies for economic and social development;
* Promotion and continuity of scientific, technological and innovation development;
* Promotion of cooperation and interaction between public entities, between the public and private sectors and between companies;
* Promotion of business competitiveness in national and international markets.
1. The necessity and interest of the Parties in mutual protection in the use and dissemination of any information, documents, data, know-how, among others, to be passed on from one Party to the other with the intention of negotiation for the establishment of a future legal instrument;
2. That thePARTIES wish to exploit and evaluate the potential for collaboration in related knowledge areas and that, during the course of the collaboration for this purpose, thePARTIES may exchange information which may be considered private and/or confidential;
3. That the PARTIES wish to protect **confidential information** described below that is disclosed under this Agreement (before, during and after the date of signature), including **confidential information** disclosed in writing, visually, verbally and by means of graphics, computer programs or other formats;
4. The provisions contained in Law 8.159/91, which deal with the national policy for public and private archives and in its regulatory decree, no. 4.073/02; in Decree 7.845/12, which regulates procedures for the accreditation of security and the processing of information classified in any degree of secrecy and deals with the Brazilian Security and Credentialing Center; in the TRIPS Agreement (Agreement on Trade-related Aspects of Intellectual Property Rights), ratified by Brazil in 1994; Law 9.279/96, which regulates rights and obligations relating to industrial property and in Law 14.133/21;

**RESOLVE** to enter into this **NONDISCLOSURE AGREEMENT** in accordance with the constitutional principles governing the Public Administration and the supremacy of the public interest, with the objective of making public management more efficient and effective, maximizing institutional results, in accordance with the conditions laid down in the clauses below:1. **DEFINITIONS**

For the purpose of this Agreement, the following terms shall be defined as follows:1. **Partners** - means, with respect to the Party, any person or entity that administers or controls it, directly or indirectly, is controlled by it or jointly controls it with the Party, or has voting rights, appoints a majority of the Board of Directors or other administrative bodies, or has the power to manage it.

The following terms are also considered partners: **Headquarters, Branch, Agency, Subsidiaries and Establishments.**1. **Confidential information –** means any information or data of any nature disclosed under this Agreement, whether in writing, orally, visually or any other form, including, without limitation, information developed and acquired under this Agreement, any information, plans, projects, drawings, exclusive specifications, operational, contractual and strategic knowledge and procedures, product displays, compositions, intellectual property rights registered or not, manufacturing processes, business secrets, technology, financial information, information on product differentiation, testing, formulas, product positioning, market and strategic research information, other relevant market information, clinical data, commercially sensitive information, costs, margins, price structures, sources of information, client lists, market shares and other tangible and intangible information of a Party (hereinafter called the **disclosing party**) directly or indirectly made by the **disclosing party** to the other Party (hereinafter called **the receiving party**) through its **representatives**, directly or indirectly.
2. **Disclosing Party –** means any Party that, directly or through its **representatives**, discloses **confidential information** to the other Party, as defined in this clause.
3. **Receiving Party –** means any Party that, directly or through its **representatives**, receives **confidential information** from any other Party, as defined in this clause
4. **Representatives** – means **partners**, employees, and consultants of the respective Party who have competence to perform actions, activities, communications, planning, among others, on behalf of and under the rights and obligations of this same Party.
5. **Broad purpose** – the reason this instrument is being formalized, i.e., the Parties' own understanding of the convenience, opportunity, and/or need for preserving the Parties' rights over their core activities and knowledge, fruits of their own spheres of activity.
6. **Specific purpose** – the area of activity and the intrinsic objective of the establishment of this Agreement, its technical specificities and the objective of each Party, understood as the establishment of a future research and development project, licensing contract, industrial property assignment and know-how, among others.
7. **OBLIGATIONS OF NONDISCLOSURE**
	1. The Parties shall safeguard **confidential information** that has been disclosed for the **specific purpose** of dealing with technical issues related to \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_”, interpreted in the broad sense and in good faith, in the principles and concepts established in this document, and:
8. The **receiving party** shall use **confidential information** exclusively for discussion, evaluation and negotiation of the purpose described above with the **disclosing party**. The **receiving party** shall not use **confidential information** for any purpose other than that set out in this clause. The **receiving party** shall treat **confidential information** received with the same degree of care as it processes its own **confidential information** or its own rights and data;
9. The **receiving party** shall keep such information confidential and not disclose it in any manner or form to third parties outside its **representatives** who need to know such **confidential information** within the limits of the **specific purpose** set forth in this instrument. The **receiving party** shall inform each **representative** of the confidential nature of the **confidential information** prior to disclosure and shall ensure that each **representative** complies with the obligations arising out of this Agreement. The **receiving party** shall ensure that it has taken appropriate measures and precautions to enforce and maintain confidentiality and to prevent unauthorized use and disclosure of **confidential information** by its **representatives**;
10. The **receiving party** shall notify the **disclosing party** if it becomes aware of any disclosure or use of **confidential information** by third parties in an unauthorized manner;
11. The **receiving party** shall restrict the disclosure of **confidential information** to a minimum of persons (such as employees, directors, officers, lawyers, accountants and consultants).
	1. The following shall be considered exceptions to the nondisclosure obligations (it will be the **receiving party’s** burden to demonstrate facts that nullify the obligations of this Agreement):
12. Information that is or will be in the public domain, provided that it is not the result of violation of the obligations contained in this Agreement by the Parties or their **representatives**;
13. Information that was already known by the **receiving party** or has been legally received by third parties without restrictions or violations of this Agreement;
14. Information that has been developed by the **receiving party** or its **representatives** without any reference, influence or connection to any **confidential information** received under this instrument;
15. Information whose disclosure is approved in writing by the **disclosing party**;
16. Publication of a scientific nature not related to **confidential information** of the **disclosing party** or arising from works that use **confidential information** but do not disclose it, provided that it was authorized by the **disclosing party** in the latter case;
	1. The Parties agree that the **broad purpose** of this instrument and the existence of this Agreement may be disclosed for the purpose of publicity, provided that there is no disclosure of **confidential information**. Advertising of formal aspects such as timelines, **broad purpose**, existence of the agreement, parties involved, among others, is authorized in the case of institutional releases or in the event that they are required by law. However, the **receiving party** shall by no means disclose any **confidential information** or formal aspects such as: objectives, scope, **specific purpose**, dates and objectives of meetings or **confidential information** arising from this instrument.
17. **INTELLECTUAL PROPERTY RIGHTS**
	1. All proprietary rights (including but not limited to: production techniques, technical information, patent rights, trademarks and trade secrets) contained in the **confidential information** shall remain the exclusive property of the **disclosing party** or its due holder. This instrument does not transfer any title from one Party to another, nor any possession or right of use of any property. The **receiving party** shall refrain from registering and exploiting any patent, model, application project or any other application of intellectual property rights based on any **confidential information** provided by the **disclosing party**.
	2. This Agreement does not, in itself, grant to any party, either implied or expressly, rights, licenses or relationships between them as a result of the exchange of **confidential information**.
	3. In the event of the advent of new intellectual property ownershipresulting from this partnership that may generate exploitation,the Parties shall formalize a specific legal instrument to ensurethe signatories the right to exploit, license and transfertechnology, observing the participation of each Party.

**4. DURATION****4.1** This Agreement shall go into effect on the date on which the last signature is signed and shall apply to discussions that take place within three years of the commencement of its validity and may be extended for a specified period by means of an amendment. However, **confidential information** disclosed shall be kept confidential for five years (I) from the end of the last contract between the Parties or (ii) from the date of its enforcement, whichever is later.**5. GENERAL PROVISIONS****5.1** Unless expressly provided otherwise, all information exchanged by the Parties, as per clause one, shall be considered **confidential information**, as well as others so classified by the **disclosing party**.**5.2** The **disclosing party** does not represent or warrant the accuracy or completeness of the **confidential information**.**5.3** No obligation or right arising under this Agreement creates an employment relationship, nor shall it make the Parties **partners** or joint venturers. This Agreement does not oblige any Party to engage in any cooperative development activity with the other Party.**5.4** All additions or modifications to this Agreement shall be made in writing and executed by the Parties, via additive terms, which shall be approved by all Parties. The Agreement may be terminated at any time by either Party by giving at least sixty days written notice to the other Party.**5.5** Each Party shall be responsible for keeping on file any statements or documents relating to compliance with the provisions herein formalized by its employees, directors, etc. **5.6** This Agreement may not be signed in whole or in part by any Party without the consent of the other Party, unless either Party designates a **partner** with prior written power of attorney to the other Party.**5.7** If one or more of the provisions contained in this Agreement are deemed invalid, illegal or unenforceable by the Parties or a competent body, the validity, legality or enforceability of the other provisions contained in this Agreement shall not be affected and shall remain fully valid as permitted by applicable law. The Parties, however, shall endeavor to replace the annulled provision with a valid one, which will fulfill the same effect as the annulled provision. The same shall apply if this Agreement contains any shortcomings.**5.8** The provisions of this Agreement shall be valid and effective for all **partners,** contractors and sub-contractors of the **receiving party**, who must comply with all the provisions herein, under the non-transferable liability of the **receiving party** to provide compensation in the event of loss and damage or any loss suffered by the **disclosing party**.**5.9** The Parties shall not, under any circumstances or conditions, (i) use each other's **confidential information** or (ii) waive the nondisclosure obligations assumed under this Agreement, including but not limited to the following: (A) the non-formalization of any contract or agreement between the Parties concerning **confidential information**; (b) the formalization and execution of any contract or agreement between the Parties concerning **confidential information**; (c) termination of any contract or agreement relating to **confidential information**; or (d) termination of this Agreement in the manner set forth in clause 4.**5.10** The **receiving party** shall ensure that its employees, directors, officers, lawyers, accountants, consultants, contractors, subcontractors and any other person who is aware of the **confidential information** through it, as defined in this Agreement, observe and undertake to perform all obligations as if they were an integral part of this Agreement, subject to the provisions of **5.6** and **5.7**.**6. FORUM****6.1** In order to resolve doubts that may arise in the implementation and interpretation of this Agreement, the forum of the Federal Justice of Santa Maria shall be elected, excluding any other forum, however preferable.**6.2** Any possible litigation related to this instrument will necessarily be preceded by a consensual attempt to resolve any prior conflict.Being in agreement, the Parties have signed two copies of this Agreement of equal content.Santa Maria, \_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_, 20\_\_

|  |
| --- |
| **Universidade Federal de Santa Maria****\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Name:****Job Title:** |

|  |
| --- |
| **COMPANY****\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Name:****Job Title:** |

 |